



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 12/2026

PROCESSO

Nº 49/2026

SISTEMA

Registro de Preços

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

1. OBJETO

1.1. REFERE-SE A REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA **AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, DE COZINHA E DESCARTÁVEIS**, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO/MG, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. A presente licitação será realizada com reserva de itens e cota reservada participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123.

1.3. Será assegurada, ainda, prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme disposto no §3º do art. 48 da referida Lei Complementar, c/c art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 2.748/2024.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, visando à futura, eventual e parcelada aquisição de utensílios domésticos, de cozinha e materiais descartáveis, conforme necessidade da Administração Municipal, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação vigente.

2.2. A descrição detalhada dos itens a serem adquiridos, contendo especificações técnicas, unidades de medida, quantitativos estimados, valores unitários e valores totais, bem como a indicação do critério de participação (itens exclusivos, cota principal e cota reservada), encontra-se consolidada na PLANILHA DE DESCRIÇÃO DOS ITENS, UNIDADE DE MEDIDA, QUANTIDADE, VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	PARTICIPAÇÃO
1	ABRIDOR DE LATA/GARRAFA EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MINIMO 14,5 CM.	UND	200	R\$ 15,15	R\$ 3.030,00	Exclusiva MPE's
2	ASSADEIRA DE ALUMÍNIO POLIDO, TAMANHO MÉDIO, RETANGULAR COM	UND	200	R\$ 230,34	R\$ 46.068,00	Exclusiva MPE's



	TAMANHO Nº07 COMPRIMENTOS 60 CM LARGURA 40 CM X ALTURA 7 CM.					
3	ASSADEIRA REDONDA EM ALUMÍNIO POLIDO MEDIDAS 35 CM DIAMETRO X 7CM DE ALTURA.	UND	200	R\$ 53,95	R\$ 10.790,00	Exclusiva MPE's
4	ASSADEIRA RETANGULAR DE ALUMÍNIO; ALTURA: 6,5 CM; LARGURA: 30 CM; COMPRIMENTO: 44 CM; CAPACIDADE: 6 LITROS.	UND	200	R\$ 54,75	R\$ 10.950,00	Exclusiva MPE's
5	AVENTAL DE COZINHA PVC FORRADO, FRONTAL, COMPRIMENTO 1,20M, LARGURA 0,70M, COM CORDÕES PARA AJUSTE NO PESCOÇO E CINTURA.	UND	350	R\$ 18,42	R\$ 6.447,00	Exclusiva MPE's
6	BACIA CANELADA CAPACIDADE DE 12 LITROS . MATERIAL DE POLIPROPILENO, DIMENSÕES: 39 C X38 L X 13 A	UND	300	R\$ 23,57	R\$ 7.071,00	Exclusiva MPE's
7	BACIA CANELADA CAPACIDADE DE 3,3L . MATERIAL POLIPROPILENO, TAMANHO 9X26CM	UND	300	R\$ 10,75	R\$ 3.225,00	Exclusiva MPE's
8	BACIA CANELADA CAPACIDADE DE 34 LITROS . MATERIAL DE POLIPROPILENO, DIMENSÕES: 54,6X54,6X22,8 CM	UND	300	R\$ 37,22	R\$ 11.166,00	Exclusiva MPE's
9	BACIA CANELADA CAPACIDADE DE 8 LITROS . MATERIAL DE POLIPROPILENO, DIMENSÕES 35X35X13,6 CM	UND	300	R\$ 12,84	R\$ 3.852,00	Exclusiva MPE's
10	BACIA DE ALUMÍNIO 5 LITROS , MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA: 8,5CM, LARGURA: 35CM DIÂMETRO: 35CM, TAMANHO GRANDE, Nº 35.	UND	300	R\$ 27,30	R\$ 8.190,00	Exclusiva MPE's
11	BALDE DE PLASTICO, COM ALÇA DE ALUMINIO, CAPACIDADE DE 10 LITROS.	UND	500	R\$ 15,26	R\$ 7.630,00	Exclusiva MPE's
12	BALDE DE PLASTICO, COM ALÇA DE ALUMINIO, CAPACIDADE DE 20 LITROS.	UND	500	R\$ 24,84	R\$ 12.420,00	Exclusiva MPE's
13	BANDEJA DE ISOPOR REFORÇADA, (B3 FUNDA) COR BRANCA, MEDIDAS: 23.5CM COMPRIMENTO X 18CM LARGURA X 3.3CM ALTURA. PACOTE COM 400 UNIDADES	PCT	750	R\$ 96,78	R\$ 72.585,00	Exclusiva MPE's
14	BANDEJA DE ISOPOR REFORÇADA, (B3 FUNDA) COR BRANCA, MEDIDAS: 23.5CM COMPRIMENTO X 18CM LARGURA X 3.3CM ALTURA. PACOTE COM 400 UNIDADES	PCT	250	R\$ 96,78	R\$ 24.195,00	Exclusiva MPE's
15	BANDEJA PLASTICA RETANGULAR MULTIUSO MEDIDAS: 43,6 CM (C) X 30,4 CM (L) X 3,4 CM (A)	UND	200	R\$ 27,84	R\$ 5.568,00	Exclusiva MPE's
16	BANDEJA PLÁSTICA RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 43X30X9, COR BRANCA, CAPACIDADE 7,5 LITOS.	UND	200	R\$ 26,52	R\$ 5.304,00	Exclusiva MPE's
17	BANDEJA RETANGULAR, EM INOX, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 X 40 X 2 CM	UND	300	R\$ 30,84	R\$ 9.252,00	Exclusiva MPE's
18	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA CONTENDO 500 SACOS, FABRICADOS EM POLIETILENO, NAS DIMENSÕES DE 20 CM DE LARGURA POR 30 CM DE ALTURA. CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,5 KG ESPESSURA MÍNIMA DE MICRA 0,15	BOB	500	R\$ 40,62	R\$ 20.310,00	Exclusiva MPE's
19	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA CONTENDO 500 SACOS, FABRICADOS EM	BOB	500	R\$ 78,18	R\$ 39.090,00	Exclusiva MPE's



	POLIETILENO, NAS DIMENSÕES DE 40 CM DE LARGURA POR 60 CM DE ALTURA. CAPACIDADE MÍNIMA DE 9 KG ESPESSURA MÍNIMA DE 10 MICRAS.					
20	BULE CHALEIRA PARA CAFÉ E CHÁ CAPACIDADE DE 3,3 LITROS FEITO EM ALUMÍNIO RESISTENTE, POSSUI CABO DE E TAMPA DE ALUMÍNIO. ESPECIFICAÇÃO: BOCA - 14 CM, FUNDO - 16 CM, ALTURA - 21 CM.	UND	300	R\$ 88,45	R\$ 26.535,00	Exclusiva MPE's
21	CAÇAROLA ALUMÍNIO N°34 CAPACIDADE 14,5 LITROS, COM PEGADORES LATERAIS DE ALUMINIO E TAMPA. MEDIDAS ALTURA: 20 CM, COMPRIMENTO COM ALÇAS: 48 CM, LARGURA: 37 CM. ESPESSURA MINIMA: 2MM.	UND	50	R\$ 200,00	R\$ 10.000,00	Exclusiva MPE's
22	CAÇAROLA ALUMÍNIO N°50 CAPACIDADE 41 LITROS, COM PEGADORES LATERAIS DE ALUMINIO E TAMPA. MEDIDAS ALTURA: 21,5 CM, COMPRIMENTO COM ALÇAS: 66 CM, LARGURA: 54 CM, ESPESSURA MINIMA 2 MM.	UND	50	R\$ 405,44	R\$ 20.272,00	Exclusiva MPE's
23	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO N° 24; - CAPACIDADE PARA 5 LITROS; COM PEGADORES LATERAIS DE ALUMÍNIO E TAMPA. MEDIDAS: - ALTURA: 11CM; - DIÂMETRO DA BOCA: 24CM; - ESPESSURA MINIMA: 2MM.	UND	50	R\$ 82,84	R\$ 4.142,00	Exclusiva MPE's
24	CAÇAROLA DE ALUMÍNIO N°45 CAPACIDADE PARA 31 LITROS, COM PEGADORES LATERAIS DE ALUMINIO E TAMPA. MEDIDAS: 45CM DE LARGURA, 20CM DE ALTURA E 45CM DE DIÂMETRO. ESPESSURA MINIMA: 2MM.	UND	80	R\$ 340,20	R\$ 27.216,00	Exclusiva MPE's
25	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE DE 20 LITROS, MEDIDAS APROXIMADAS COMPRIMENTO: 41 CM, ALTURA: 27 CM, LARGURA: 28 CM.	UND	200	R\$ 42,53	R\$ 8.506,00	Exclusiva MPE's
26	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE DE 56 LITROS, MEDIDAS APROXIMADAS COMPRIMENTO: 50 CM, ALTURA: 33 CM, LARGURA: 40 CM.	UND	200	R\$ 101,60	R\$ 20.320,00	Exclusiva MPE's
27	CAIXA PLÁSTICA VAZADA, MEDINDO 56 CM X 36 CM X 31 CM, COR PRETA, SUPORTA ATÉ 20 KG DE CARGA.	UND	250	R\$ 33,17	R\$ 8.292,50	Exclusiva MPE's
28	CANECA PLÁSTICA INFANTIL, EM POLIPROPILENO ATÓXICO E RESISTENTE, COM ALÇA LATERAL, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, FORMATO ARREDONDADO, CAPACIDADE 300 ML	UND	5.000	R\$ 3,29	R\$ 16.450,00	Exclusiva MPE's
29	CANUDO DE PLASTICO 8MM X 21CM PACOTE COM 100 UNIDADES.	PCT	500	R\$ 14,48	R\$ 7.240,00	Exclusiva MPE's
30	CAPA PARA COLCHÃO DE BERÇO IMPERMEÁVEL COM ELÁSTICO, COM REVESTIMENTO SUPERIOR DE TECIDO EM MALHA 100% POLIÉSTER COM TRATAMENTO EM POLIURETANO MINIMO DE 0,02 MM DE APLICAÇÃO E REVESTIMENTO LATERAL EM TECIDO	UND	1000	R\$ 33,33	R\$ 33.330,00	Exclusiva MPE's



	100% POLIÉSTER. MEDIDAS ALTURA: 12 CM; LARGURA: 70 CM; COMPRIMENTO: 130 CM.					
31	CESTO DE PLÁSTICO, MATERIAL POLIPROPILENO COM TAMPA, CAPACIDADE 40 LITROS, DIMENSÕES APROXIMADAS: (ALTURA 52,5 CM X COMPRIMENTO 45,5 CM X LARGURA 38,7 CM.	UND	200	R\$ 64,03	R\$ 12.806,00	Exclusiva MPE's
32	COADOR DE CAFÉ REUTILIZÁVEL; - CONFECCIONADO EM ALGODÃO 100%; - MALHA DUPLA; - HASTE E ARO CONFECCIONADOS EM ARAME GALVANIZADO; - COMPRIMENTO DO CABO: 8 CENTÍMETROS ALTURA DO COADOR: GG (20 CM); - LARGURA DO COADOR: GG (17 CM).	UND	500	R\$ 29,86	R\$ 14.930,00	Exclusiva MPE's
33	COLHER CONCHA PARA COZINHA INDUSTRIAL, EM AÇO INOX RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 50 CM DE COMPRIMENTO.	UND	200	R\$ 42,51	R\$ 8.502,00	Exclusiva MPE's
34	COLHER DE ARROZ PARA COZINHA INDUSTRIAL, EM AÇO INOX RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 50 CM DE COMPRIMENTO.	UND	200	R\$ 44,84	R\$ 8.968,00	Exclusiva MPE's
35	COLHER DE REFEIÇÃO, MATERIAL PLASTICO E DESCARTAVEL, REFORÇADO PACOTE COM 50 UNIDADES, COR BRANCA, ALTURA 15,5 CM.	PCT	7500	R\$ 8,67	R\$ 65.025,00	Exclusiva MPE's
36	COLHER DE REFEIÇÃO, MATERIAL PLASTICO E DESCARTAVEL, REFORÇADO PACOTE COM 50 UNIDADES, COR BRANCA, ALTURA 15,5 CM.	PCT	2500	R\$ 8,67	R\$ 21.675,00	Exclusiva MPE's
37	COLHER DE SOBREMESA DE INOX, PARA REFEIÇÃO COMPRIMENTO MÍNIMA 16 CM.	UND	2000	R\$ 3,50	R\$ 7.000,00	Exclusiva MPE's
38	COLHER DE SOPA EM AÇO INOXIDAVEL, DIMENSÕES MÍNIMAS: DIÂMETRO DA COLHER 4CM, LARGURA MAIOR DO CABO 1,7CM, COMPRIMENTO TOTAL 20CM.	UND	5000	R\$ 4,50	R\$ 22.500,00	Exclusiva MPE's
39	CONJUNTO DE POTES PARA MANTIMENTOS EM POLIPROPILENO PP; PRODUTO LIVRE DE BISFENOL-A BPA, TRANSPARENTES, CONJUNTO COMPOSTO 5 POTES SENDO: 1 DE 300 ML; 1 DE 720 ML; 1 DE 1, 8 LITROS; 1 DE 3, 2 LITROS; E 1 DE 4, 5 LITROS, COM TAMPAS ROSQUEAVEIS.	CONJ	200	R\$ 59,41	R\$ 11.882,00	Exclusiva MPE's
40	COPO DE VIDRO INCOLOR, - CAPACIDADE 200 ML, DIMENSÕES APROXIMADAS: 6,7 X 6,7 X 9,3CM	UND	5000	R\$ 3,83	R\$ 19.150,00	Exclusiva MPE's
41	COPO DESCARTÁVEL COM TAMPA 250 ML - PACOTE COM 50 UNIDADES DE TAMPAS + 50 UNIDADES COPOS PLÁSTICOS	PCT	3750	R\$ 49,06	R\$ 183.975,00	Livre Concorrência
42	COPO DESCARTÁVEL COM TAMPA 250 ML - PACOTE COM 50 UNIDADES DE TAMPAS + 50 UNIDADES COPOS PLÁSTICOS	PCT	1250	R\$ 49,06	R\$ 61.325,00	Cota Reservada para MPES
43	COPO DESCARTÁVEL REFORÇADO, COR TRANSPARENTE, MATERIAL 100% POLIESTIRENO, CAPACIDADE 200 ML. CAIXA COM 25 PACOTES COM 100	CX	1500	R\$ 151,22	R\$ 226.830,00	Livre Concorrência



	UNIDADES CADA.					
44	COPO DESCARTÁVEL REFORÇADO, COR TRANSPARENT, MATERIAL 100% POLIESTIRENO, CAPACIDADE 200 ML. CAIXA COM 25 PACOTES COM 100 UNIDADES CADA.	CX	500	R\$ 151,22	R\$ 75.610,00	Cota Reservada para MPEs
45	COPO DESCARTÁVEL REFORÇADO, COR TRANSPARENT, MATERIAL 100% POLIESTIRENO, CAPACIDADE 50 ML. CAIXA COM 50 PACOTES COM 100 UNIDADES CADA.	CX	200	R\$ 131,28	R\$ 26.256,00	Exclusiva MPE's
46	DESCASCADOR E RALADOR DE FRUTAS LEGUMES LÂMINA AÇO INOX CORTADOR MULTIFUNCIONAL, MEDIDAS APROXIMA 17 CM DE ALTURA, 5 CM DE LARGURA.	UND	200	R\$ 20,40	R\$ 4.080,00	Exclusiva MPE's
47	DISPENSADOR DE COPO DESCARTÁVEL AUTOMÁTICO - SISTEMA QUE LIBERA UM COPO POR VEZ, PODE SER FIXADO POR PARAFUSOS QUE VEM JUNTO COM O PRODUTO. DISPENSER CILÍNDRICO PARA COPOS DESCARTÁVEIS DE PLÁSTICO DE 200ML, COM CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES. PONTEIRAS EM PLÁSTICO E CILINDRO CENTRAL EM PLÁSTICO TRANSPARENTE. MEDIDAS APROXIMADAS 50CM DE ALTURA X 14CM DE PROFUNDIDADE X 14CM DE LARGURA. CAPACIDADE PARA 100 COPOS DE 180 OU 200ML.	UND	400	R\$ 51,83	R\$ 20.732,00	Exclusiva MPE's
48	DISPENSADOR PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA 2/3 DOBRAS, CONSTITUÍDO DE PLÁSTICO COM ALTA RESISTÊNCIA DE IMPACTO. DIMENSÕES APROXIMADAS 270X290X160MM.	UND	400	R\$ 43,33	R\$ 17.332,00	Exclusiva MPE's
49	DISPENSADOR PARA SABONETE LÍQUIDO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ABS, SISTEMA EM REFIL DE 800 ML, MEDIDAS APROXIMADAS 26 CM LARGURA 12 CM PROFUNDIDADE 10 CM; LOCAL DE FIXAÇÃO PAREDE.	UND	400	R\$ 47,96	R\$ 19.184,00	Exclusiva MPE's
50	DISPENSER PARA ÁLCOOL EM GEL EM PLÁSTICO ABS, VISOR DE CRISTAL TRANSPARENTE, COM CAPACIDADE PARA 800ML. MEDIDAS DO PRODUTO: ALTURA: 29 CM, LARGURA: 13 CM, COMPRIMENTO: 12 CM, CORES BRANCO OU CINZA.	UND	200	R\$ 41,47	R\$ 8.294,00	Exclusiva MPE's
51	ESCORREDOR DE ARROZ INDUSTRIAL CAPACIDADE 11 LITROS EM ALUMINIO POLIDO MEDIDAS APROXIMADAS DIÂMETRO DA BOCA: 40CM, ALTURA: 20CM.	UND	200	R\$ 116,84	R\$ 23.368,00	Exclusiva MPE's
52	ESCORREDOR DE LOUÇAS DUPLO EM AÇO CARBONO, PARA 13 PRATOS E 6 PORTA COPOS, E TALHERES COM 2 NÍVEIS, DIMENSÕES APROXIMADAS COMP. 44 CM X LARG. 24 CM X ALT. 25 CM	UND	200	R\$ 52,65	R\$ 10.530,00	Exclusiva MPE's
53	ESCORREDOR DE MACARRÃO, CAPACIDADE DE 5 LITROS, EM ALUMÍNIO POLIDO TIPO TACHO COM PÉS E ASAS	UND	200	R\$ 51,84	R\$ 10.368,00	Exclusiva MPE's



	DE ALUMINIO COM FUROS NAS BASES E LATERAIS ESPESSURA APROXIMADA DE 2 MM, ESPECIFICAÇÕES: COMPRIMENTO: 40CM, LARGURA: 30CM, ALTURA: 18CM. DIÂMETRO: 30CM.					
54	ESCORREDOR DE PRATOS EM INOX POLIDO MONTADO COM CAPACIDADE PARA 40 PRATOS, COM 3 ANDARES, MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 51CM LARGURA: 28CM, ALTURA: 65CM.	UND	20	R\$ 462,67	R\$ 9.253,40	Exclusiva MPE's
55	ESCUMADEIRA PARA COZINHA INDUSTRIAL, EM AÇO INOX RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 50 CM DE COMPRIMENTO.	UND	200	R\$ 39,34	R\$ 7.868,00	Exclusiva MPE's
56	FACA DE MESA EM AÇO INOXIDÁVEL, CORTE SERRILHADO COM CABO DE POLIPROPILENO. MÍNIMO 20 CM DE COMPRIMENTO.	UND	2000	R\$ 4,79	R\$ 9.580,00	Exclusiva MPE's
57	FACA PARA COZINHA, TIPO AÇOUGUEIRO, COM LÂMINA EM INOX CROMO, CABO ANATÔMICO EM POLIPROPILENO, COMPRIMENTO DA LÂMINA DE 8 POLEGADAS.	UND	200	R\$ 42,62	R\$ 8.524,00	Exclusiva MPE's
58	FACA PARA PÃO EM AÇO INOX COM CABO PRETO DE PLASTICO, COMPRIMENTO DA LÂMINA DE 19CM.	UND	150	R\$ 28,56	R\$ 4.284,00	Exclusiva MPE's
59	FILTRO DE PAPEL Nº 103 - CAIXA COM 30 UNIDADES	CX	1500	R\$ 5,69	R\$ 8.535,00	Exclusiva MPE's
60	FLANELA, LIMPEZA GERAL, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, BORDA: COM BAINHA COSTURA REFORÇADA, MEDIDA: 38X58 CM COR: BRANCA	UND	5000	R\$ 5,88	R\$ 29.400,00	Exclusiva MPE's
61	FRIGIDEIRA ANTIADERENTE DE ALUMÍNIO COM SUPERFÍCIE ANTIADERENTE, COM MEDIDAS APROXIMADAS DIÂMETRO DE 50 CM, ALTURA 5 CM, ESPESSURA 3 MM, COMPRIMENTO TOTAL 82 CM, CAPACIDADE EM VOLUME 10 L.	UND	200	R\$ 316,67	R\$ 63.334,00	Exclusiva MPE's
62	FRIGIDEIRA DE ALUMÍNIO COM REVESTIMENTO CERÂMICO DIAMETRO 24 CM, COM ESPESSURA DE 3MM, CABO DE BAQUELITE ANTITÉRMICO.	UND	200	R\$ 111,07	R\$ 22.214,00	Exclusiva MPE's
63	GARFO DE MESA ESTRUTURA E CABO EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO:19 CM.	UND	3.000	R\$ 5,24	R\$ 15.720,00	Exclusiva MPE's
64	GARFO DE REFEIÇÃO MATERIAL DESCARTÁVEL REFORÇADO PACOTE COM 50 UNIDADES, NA COR BRANCO.	UND	2000	R\$ 9,75	R\$ 19.500,00	Exclusiva MPE's
65	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO COM TAMPA, DIMENSÕES ALTURA: 32 CM, LARGURA: 9.5 CM. REVESTIMENTO EXTERNO POLIPROPILENO - PP. AMPOLA DE VIDRO. COPO TRANSLÚCIDO MULTIUSO. CONSERVAÇÃO TÉRMICA DE, NO MÍNIMO, 6 HORAS. COM "FUNDO FIXO": SISTEMA CALÇO FLEXÍVEL DE ABSORÇÃO DE IMPACTO.	UND	400	R\$ 63,99	R\$ 25.596,00	Exclusiva MPE's
66	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE DE 5 LITROS, COM ALÇA SUPERIOR, COM	UND	150	R\$ 68,50	R\$ 10.275,00	Exclusiva MPE's



	COPO MULTIUSO, CONSERVAÇÃO TÉRMICA DE, ATÉ 10 HORAS, ISOLAMENTO TÉRMICO COM ESPUMA DE PU (POLIURETANO), LIVRE DE CFC., MEDIDAS APROXIMADAS COMPR.290 X LARG.220 X ALT. 260 MM).					
67	GARRAFA TÉRMICA INOX 1L DE APERTAR/PRESSÃO, BICO ANTI GOTAS, LIVRE DE BPA, EFICIÊNCIA, TÉRMICA: 12H FRIO E 8H QUENTE. MATERIAIS: AMPOLA DE VIDRO, AÇO INOX E POLIPROPILENO. DIMENSÕES ALTURA 30.5CM X LARGURA 11CM X COMP.14CM.	UND	300	R\$ 83,59	R\$ 25.077,00	Exclusiva MPE's
68	ISQUEIRO A GÁS NÃO RECARREGÁVEL, DIMENSÕES: 8 X 2,5 CM. CORES VARIADAS	UND	200	R\$ 10,43	R\$ 2.086,00	Exclusiva MPE's
69	JARRA DE VIDRO COM TAMPA EM ACRÍLICO E ALÇA COM CAPACIDADE 2 LTS, DIMENSÕES APROX. ALTURA 24 CM, DIÂMETRO 10,7 CM.	UND	200	R\$ 65,98	R\$ 13.196,00	Exclusiva MPE's
70	JARRA PLÁSTICO CAPACIDADE PARA 2 LITROS, MATERIAL EM POLIPROPILENO ATÓXICO LIVRE DE BPA, TRANSLÚCIDO, COM TAMPA, DIMENSÕES:18,5 X 13 X 22 CM	UND	250	R\$ 21,26	R\$ 5.315,00	Exclusiva MPE's
71	JARRA PLÁSTICO CAPACIDADE PARA 4 LITROS, MATERIAL EM POLIPROPILENO ATÓXICO LIVRE DE BPA, TRANSLÚCIDO, COM TAMPA, DIMENSÕES ALTURA 27,5 CM, DIÂMETRO, 15,5 CM	UND	250	R\$ 40,01	R\$ 10.002,50	Exclusiva MPE's
72	JOGO DE XÍCARAS EM VIDRO COMPOSTO POR 6 XÍCARAS CAPACIDADE EM VOLUME: 90 ML CADA, MEDIDAS APROXIMADAS ALTURA: 4,5 CM DIÂMETRO SUPERIOR: 7 CM LARGURA TOTAL COM ALÇA: 9 CM, COR: TRANSPARENTE.	JG	500	R\$ 44,40	R\$ 22.200,00	Exclusiva MPE's
73	LEITEIRA DE ALUMÍNIO POLIDO Nº16, CAPACIDADE 2 LITROS, MEDIDAS DIÂMETRO: 16CM, PROFUNDIDADE: 10CM, ESPESSURA: 0,8MM, COM CABO ERGONÔMICO, CONFECCIONADO EM BAQUELITE.	UND	100	R\$ 57,03	R\$ 5.703,00	Exclusiva MPE's
74	LEITEIRA DE ALUMÍNIO POLIDO Nº20, CAPACIDADE 4,5 LITROS, DIÂMETRO 20 CM, ALTURA 13,5 CM, ESPESSURA 1,2 MM. COM CABO ERGONÔMICO, CONFECCIONADO EM BAQUELITE.	UND	100	R\$ 84,60	R\$ 8.460,00	Exclusiva MPE's
75	LENÇOL DE BAIXO SOLTEIRO COM ELÁSTICO TAMANHO COM 1,90M DE COMPRIMENTO POR 90 CM DE LARGURA, EM Malha 100% ALGODAO CANTO COM 30CM DE ALTURA, 01 FRONHA COM BAINHA 70 CM DE COMPRIMENTO POR 50 CM DE LARGURA. CORES CLARAS	JG	700	R\$ 71,58	R\$ 50.106,00	Exclusiva MPE's
76	LENÇOL DE BERÇO EM MALHA 100% ALGODÃO LISO COM ELÁSTICO MEDIDAS: 70X130X12CM, COM FRONHA EM MALHA 100% ALGODÃO MEDIDAS: 30X40CM. CORES CLARAS	JG	700	R\$ 25,46	R\$ 17.822,00	Exclusiva MPE's



77	LIXEIRA PEDAL DE AÇO 100 LITROS - CESTO REDONDO COM PEDAL DE AÇO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO E COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, UVA, UVB. ARMAÇÃO É CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1020 GALVANIZADO TAMPA ACIONADA ATRAVÉS DO PEDAL, CORES VARIADAS, CONFORME NECESSIDADE. DIMENSÕES APROXIMADAS ALTURA 83 CM X COMPRIMENTO 61 CM X LARGURA 65CM.	UND	150	R\$ 355,76	R\$ 53.364,00	Exclusiva MPE's
78	LIXEIRA PEDAL DE AÇO 60 LITROS - CESTO REDONDO COM PEDAL DE AÇO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO E COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, UVA, UVB. ARMAÇÃO É CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1020 GALVANIZADO TAMPA ACIONADA ATRAVÉS DO PEDAL, CORES VARIADAS, CONFORME NECESSIDADE. ALTURA 71CM X COMPRIMENTO 48 CM X LARGURA 56 CM.	UND	150	R\$ 259,92	R\$ 38.988,00	Exclusiva MPE's
79	LIXEIRA RETANGULAR CAPACIDADE 15 LITROS COM PEDAL, DIMENSÕES EXTERNAS: LARGURA 30 CM X COMPRIMENTO 33 CM X ALTURA 44,5 CM, MATERIAL: POLIPROPILENO (PP) COR BRANCA.	UND	300	R\$ 52,81	R\$ 15.843,00	Exclusiva MPE's
80	LIXEIRA RETANGULAR CAPACIDADE 20 LITROS COM PEDAL, MEDIDAS APROX: 41CM ALTURA X 35CM LARGURA. MATERIAL: POLIPROPILENO (PP) COR BRANCA.	UND	200	R\$ 75,75	R\$ 15.150,00	Exclusiva MPE's
81	LIXEIRA RETANGULAR COM ACIONAMENTO DA TAMPA COM PEDAL 50 LITROS BRANCO/PRETO, DIMENSÕES ALTURA 72 CM LARGURA 33 CM PROFUNDIDADE 44 CM. COMPOSIÇÃO POLIPROPILENO.	UND	150	R\$ 184,73	R\$ 27.709,50	Exclusiva MPE's
82	LIXEIRA RETANGULAR COM PEDAL CAPACIDADE 100 LITROS POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE MATERIAL DE MAIOR DURABILIDADE COM PEDAL PARA ACIONAMENTO DA TAMPA COR BRANCA. MEDIDAS APROXIMADAS 91X51X57 CM.	UND	100	R\$ 206,75	R\$ 20.675,00	Exclusiva MPE's
83	LIXEIRA, MATERIAL POLIETILENO, TELADA, CAPACIDADE 10 LITROS , SEM TAMPA. DIMENSÕES APROXIMADAS DIÂMETRO 25CM X ALTURA 25,5 CM	UND	250	R\$ 11,85	R\$ 2.962,50	Exclusiva MPE's
84	LUVA DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL; FABRICADA EM LÁTEX NATURAL; AMBIDESTRA; LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL; ATÓXICA E APIROGÊNICA, TAMANHO P, M, G CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	1000	R\$ 25,00	R\$ 25.000,00	Exclusiva MPE's
85	MARMITEX DE ALUMÍNIO, COM TAMPA DE CARTÃO PLASTIFICADO COM FECHAMENTO MANUAL, Nº 08 - 850ML,	PCT	300	R\$ 73,89	R\$ 22.167,00	Exclusiva MPE's



	PACOTE COM 100 UNIDADES.					
86	MARMITEX DE ISOPOR, COM TAMPA TAMBÉM EM ISOPOR, FECHAMENTO MANUAL Nº 07 - 500ML, PACOTE COM 100 UNIDADES. MEDIDAS APROXIMADAS 142 MM X 58 MM.	PCT	1875	R\$ 53,62	R\$ 100.537,50	Livre Concorrência
87	MARMITEX DE ISOPOR, COM TAMPA TAMBÉM EM ISOPOR, FECHAMENTO MANUAL Nº 07 - 500ML , PACOTE COM 100 UNIDADES. MEDIDAS APROXIMADAS 142 MM X 58 MM.	PCT	625	R\$ 53,62	R\$ 33.512,50	Cota Reservada para MPEs
88	MARMITEX DE ISOPOR, COM TAMPA TAMBÉM EM ISOPOR, FECHAMENTO MANUAL Nº 09 - 1100ML, PACOTE COM 100 UNIDADES MEDIDAS APROXIMADAS 188MM X 79MM	PCT	1500	R\$ 62,30	R\$ 93.450,00	Livre Concorrência
89	MARMITEX DE ISOPOR, COM TAMPA TAMBÉM EM ISOPOR, FECHAMENTO MANUAL Nº 09 - 1100ML, PACOTE COM 100 UNIDADES MEDIDAS APROXIMADAS 188MM X 79MM	PCT	500	R\$ 62,30	R\$ 31.150,00	Cota Reservada para MPEs
90	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO E POLIDO, COM CABO DE MADEIRA DE DIAMETRO 30 CM, CAPACIDADE 7 LITROS, COM TAMPA.MEDIDAS APROXIMADAS ALTURA: 13CM, E ESPESSURA: 3,5MM.	UND	150	R\$ 171,91	R\$ 25.786,50	Exclusiva MPE's
91	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO E POLIDO, COM CABO DE MADEIRA DE DIAMETRO 36 CM COM TAMPA, CAPACIDADE 12 LITROS, MEDIDAS APROXIMADAS ALTURA: 18 CM LARGURA: 48 CM, E ESPESSURA: 4MM. LARGURA: 48 CM, E ESPESSURA MINIMA 4MM.	UND	150	R\$ 256,54	R\$ 38.481,00	Exclusiva MPE's
92	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS, COM TAMPA EXTERNA, COM SISTEMA DE VÁLVULAS DE SEGURANÇA. MEDIDAS APROXIMADAS, 45 CM DE COMPRIMENTO 26 CM DE DIÂMETRO, 28 CM DE ALTURA, COMPOSIÇÃO: ALUMÍNIO POLIDO, CABO ANTITÉRMICO. COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO.	UND	150	R\$ 248,15	R\$ 37.222,50	Exclusiva MPE's
93	PANELA DE PRESSÃO 12 LITROS, COM FECHAMENTO EXTERNO, DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 27 CM, LARGURA: 36 CM, COMPRIMENTO: 44 CM, COMPOSIÇÃO DE ALUMINIO, BAQUELITE ANTITÉRMICO. COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO.	UND	150	R\$ 480,74	R\$ 72.111,00	Exclusiva MPE's
94	PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS, COM FECHAMENTO EXTERNO, DIMENSÕES APROXIMADAS 40 CM DIÂMETRO X 37 CM ALTURA, COMPOSIÇÃO DE ALUMINIO, E COM 02 VÁLVULAS DE SEGURANÇA. COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO.	UND	50	R\$ 540,34	R\$ 27.017,00	Exclusiva MPE's
95	PANELA DE PRESSÃO 4,5 LITROS, COM TAMPA EXTERNA, EM ALUMÍNIO, ESPESSURA: 2,8MM DIMENSÕES APROXIMADAS ALTURA: 22,5 CM, LARGURA: 23 CM, COMPRIMENTO: 41 CM.	UND	50	R\$ 158,72	R\$ 7.936,00	Exclusiva MPE's



96	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS, COM TAMPA EXTERNA, EM ALUMÍNIO POLIDO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 28CM DE DIÂMETRO X 23CM DE ALTURA X 45CM COMPRIMENTO	UND	150	R\$ 172,60	R\$ 25.890,00	Exclusiva MPE's
97	PANO DE PRATO TIPO TOALHA NA COR BRANCA, MEDIDAS MÍNIMAS 40CMX60CM	UND	5000	R\$ 10,54	R\$ 52.700,00	Exclusiva MPE's
98	PEGADOR DE MASSAS E SALADAS DENTADO EM INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO: 28CM.	UND	100	R\$ 19,53	R\$ 1.953,00	Exclusiva MPE's
99	PENEIRA EM AÇO INOX TAMANHO 24 CM	UND	200	R\$ 41,33	R\$ 8.266,00	Exclusiva MPE's
100	PILÃO COM SOCADOR DE PLÁSTICO BRANCO AMASSADOR DE ALHO, ALTURA DO PILÃO: 10 CM. DIÂMETRO DO PILÃO: 9,5 CM, SOCADOR DE PLÁSTICO COM 15 CM DE COMPRIMENTO.	UND	100	R\$ 19,09	R\$ 1.909,00	Exclusiva MPE's
101	POTE DE PLÁSTICO INCOLOR EM POLIPROPILENO ATÓXICO COM TAMPA HERMÉTICA, TIPO CAIXA ORGANIZADORA PARA ALIMENTOS, LIVRE DE BPA CAPACIDADE APROXIMADAMENTE PARA 02 LITROS, MEDIDAS APROX: ALTURA 10 CM X LARGURA 14,5CM X COMPRIMENTO 19CM.	UND	200	R\$ 17,33	R\$ 3.466,00	Exclusiva MPE's
102	POTE DE PLÁSTICO INCOLOR EM POLIPROPILENO ATÓXICO COM TAMPA HERMÉTICA, TIPO CAIXA ORGANIZADORA PARA ALIMENTOS, LIVRE DE BPA CAPACIDADE APROXIMADAMENTE PARA 03 LITROS, MEDIDAS APROX: ALTURA: 11,5CM, COMPRIMENTO: 24,5CM, PROFUNDIDADE: 16,5CM.	UND	200	R\$ 23,00	R\$ 4.600,00	Exclusiva MPE's
103	PRATO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL, BRANCO, RASO 15 CM, CAIXA COM 500 UNIDADES (50 PACOTES DE 10 UNIDADES CADA)	CX	50	R\$ 71,00	R\$ 3.550,00	Exclusiva MPE's
104	PRATO DE VIDRO TEMPERADO FUNDO, INCOLOR, PODENDO IR AO MICRO-ONDAS, FREEZER, GELEDEIRA. MEDIDAS APROXIMADAS 22CM.	UND	6000	R\$ 10,09	R\$ 60.540,00	Exclusiva MPE's
105	PRATO EM POLIPROPILENO RESISTE, MEDIDAS APROXIMADAS DIÂMETRO 22,3 CM ALTURA 3,5 CM CORES VARIADAS. TIPO ESCOLAR.	UND	6000	R\$ 5,36	R\$ 32.160,00	Exclusiva MPE's
106	RALADOR 4 FACES AÇO INOX ALÇA EM PLÁSTICO DIMENSÕES 10,5 X 0,8 X 23 CM	UND	100	R\$ 26,40	R\$ 2.640,00	Exclusiva MPE's
107	RALADOR FATIADOR DE LEGUMES INOX MULTIUSO 26 CM DUPLA FACE	UND	100	R\$ 30,78	R\$ 3.078,00	Exclusiva MPE's
108	SUORTE PARA FILTRO DE CAFÉ TAMANHO 103, CORES VARIADAS, MEDIDAS ALTURA: 12,5 CM, LARGURA: 12 CM, LIVRE DE BPA ATÓXICO.	UND	200	R\$ 13,43	R\$ 2.686,00	Exclusiva MPE's
109	TÁBUA EM POLIPROPILENO ATÓXICA, FORMATO RETANGULAR, DIMENSÕES 50 X 30 CM, CONTENDO ALÇA EM UMA DAS EXTREMIDADES, ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 CM.	UND	300	R\$ 89,03	R\$ 26.709,00	Exclusiva MPE's
110	TERMÔMETRO CULINÁRIO DIGITAL COM VISOR DE LCD, CABO EM POLIPROPILENO DIMENSÕES: L 2 X A 15	UND	100	R\$ 48,71	R\$ 4.871,00	Exclusiva MPE's



	X P 24 CM, MÍNIMO DE FREQUÊNCIA DE MEDIÇÃO: 1 SEG / 10 SEG / MEDE DE - 50°C A 300°C E MEDE DE -58°F A 572°F E MEMÓRIA DA ÚLTIMA MEDIÇÃO.					
111	TOALHA DE BANHO, 100% ALGODÃO, GRAMATURA MINIMA DE 340 G/M², TAMANHO MÍNIMO 70 X 140 CM. COR EM TONS CLAROS.	UND	500	R\$ 32,03	R\$ 16.015,00	Exclusiva MPE's
112	TOALHA DE ROSTO, 100% ALGODÃO, GRAMATURA MINIMA DE 280 G/M². FELPA DUPLA, COM BARRA NOS QUATRO LADOS, MEDINDO 40 X 60 CM. CORES CLARAS.	UND	500	R\$ 16,45	R\$ 8.225,00	Exclusiva MPE's
113	TOALHA PARA MÃO 100% ALGODÃO, PARA BORDADO PONTO CRUZ, COM FRANJA, TAMANHO 22CM X 38CM.CORES CLARAS.	UND	1500	R\$ 3,80	R\$ 5.700,00	
114	TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA EM TNT COM ELÁSTICO COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PCT	1000	R\$ 13,96	R\$ 13.960,00	Exclusiva MPE's
O VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 2.731.800,40 (DOIS MILHÕES, SETECENTOS E TRINTA E UM MIL, OITOCENTOS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).						
O INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES OFERTADOS SERÁ FIXADO EM 2% (DOIS POR CENTO), APLICÁVEL TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO AO LANCE QUE COBRIR A MELHOR OFERTA;						

2.3. Os quantitativos previstos constituem estimativa de consumo, elaborada com base na memória de cálculo constante do processo administrativo, podendo sofrer variações para mais ou para menos, conforme a demanda efetiva dos setores requisitantes, não gerando, em favor da contratada, direito à contratação de quantitativos mínimos.

2.4. 2.4. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de requisições formais pelos setores demandantes.

2.5. 2.5. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da planilha indicada no item 2.2, observando, ainda, os padrões mínimos de qualidade, durabilidade e segurança aplicáveis, bem como as normas técnicas e regulamentares pertinentes.

2.6. 2.6. Para fins de interpretação, execução e fiscalização contratual, prevalecerão as informações constantes da planilha referida no item 2.2, especialmente no que se refere às especificações dos itens.

2.7. 2.7. O presente certame é composto por 110 (cento e dez) itens originais, estruturados de modo a contemplar:

2.8. itens destinados à participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas;

2.9. itens submetidos ao regime de cota principal e cota reservada, conforme aplicável.

2.10. 2.7.1. Nos termos do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, a organização do certame observará:

2.11. I – 106 (cento e seis) itens destinados à participação exclusiva de ME/EPP e equiparadas, por apresentarem valor estimado inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

2.12. II – 04 (quatro) itens, com valor estimado superior ao referido limite, desmembrados em cotas, da seguinte forma:



- 2.13. Cota Principal (75%) – destinada à ampla concorrência;
- 2.14. Cota Reservada (25%) – destinada exclusivamente à participação de ME/EPP e equiparadas.
- 2.15. 2.7.2. Em razão do desmembramento dos itens mencionados, o certame totaliza 114 (cento e quatorze) itens, conforme detalhamento constante na planilha do item 2.2.
- 2.16. 2.7.3. A correspondência entre os itens de cota principal e seus respectivos itens de cota reservada estará devidamente indicada na planilha, devendo ser observada para todos os efeitos de participação e julgamento.
- 2.17. 2.8. Será assegurada, quando aplicável, a prioridade de contratação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas local e regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 2.748/2024.
- 2.18. 2.9. A contratação observará, no que couber, critérios de sustentabilidade, qualidade, durabilidade e adequação dos produtos às finalidades públicas, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação tem por finalidade atender às demandas do Almoxarifado Central, unidade responsável pelo abastecimento das diversas Secretarias e setores da Administração Municipal de Monte Carmelo/MG, abrangendo unidades administrativas, educacionais, assistenciais e operacionais.
- 3.2. A necessidade da contratação encontra-se devidamente formalizada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), constantes dos autos do processo administrativo, os quais demonstram a essencialidade dos utensílios domésticos, de cozinha e materiais descartáveis para o regular funcionamento das atividades institucionais.
- 3.3. Os materiais objeto da contratação são utilizados de forma contínua no âmbito da Administração, sendo indispensáveis para:
- preparo, acondicionamento e distribuição de alimentos, especialmente em unidades educacionais e assistenciais;
 - manutenção das condições adequadas de higiene, limpeza e organização dos ambientes;
 - apoio às rotinas administrativas e operacionais;
 - execução de serviços públicos que envolvem atendimento direto à população.
- 3.4. Conforme evidenciado nos estudos técnicos, parte dos materiais atualmente disponíveis encontra-se desgastada em razão do uso contínuo, bem como há insuficiência quantitativa para atendimento da demanda existente, além da inexistência de determinados itens em algumas unidades.
- 3.5. A ausência ou inadequação desses materiais compromete diretamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, podendo ocasionar riscos à segurança sanitária, prejuízos à qualidade do atendimento e dificuldades operacionais incompatíveis com o interesse público.
- 3.6. A reposição periódica dos itens mostra-se necessária em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo, da ampliação ou intensificação das atividades institucionais e da necessidade de manutenção de níveis adequados de estoque para evitar desabastecimento.



3.7. Sob a ótica do interesse público, a contratação visa assegurar condições adequadas de funcionamento das unidades municipais, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, especialmente nas áreas de educação, assistência social e administração geral.

3.8. Do ponto de vista da eficiência administrativa, a aquisição planejada e centralizada dos materiais permitirá melhor gestão de estoques, redução de aquisições emergenciais, padronização dos itens utilizados e racionalização dos recursos públicos.

3.9. O levantamento de mercado constante do ETP evidenciou a existência de ampla oferta de fornecedores, incluindo fabricantes, distribuidores e comerciantes especializados, demonstrando a viabilidade da contratação e a competitividade do setor.

3.10. A solução adotada, consistente na realização de licitação por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, mostra-se adequada à natureza contínua e variável da demanda, permitindo aquisições parceladas conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

3.11. A contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento da Administração Pública Municipal e observa os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.12. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e proporcional para atender à demanda identificada, garantindo a continuidade dos serviços públicos e a obtenção do melhor resultado para a Administração.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

4.1. A solução proposta consiste na aquisição de utensílios domésticos, de cozinha e materiais descartáveis, destinados ao atendimento das necessidades das unidades administrativas, educacionais, assistenciais e operacionais da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços.

4.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda das unidades requisitantes, mediante emissão de autorizações de fornecimento, possibilitando à Administração adequar as aquisições ao consumo efetivo, à reposição de estoques e à disponibilidade orçamentária.

4.3. A contratação abrangerá o fornecimento de itens diversos, compreendendo utensílios destinados ao preparo, acondicionamento e distribuição de alimentos, recipientes, copos, pratos, talheres, materiais descartáveis e demais itens correlatos, conforme especificações técnicas detalhadas na planilha constante do item 2.2 deste Termo de Referência.

4.4. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas, observando, no mínimo:

- adequação ao uso institucional e coletivo;
- resistência e durabilidade compatíveis com a frequência de utilização;
- segurança no manuseio;
- conformidade com normas técnicas, sanitárias e de qualidade aplicáveis.



4.5. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução contempla as seguintes etapas:

- a) Aquisição: seleção de produtos com padrões mínimos de qualidade, durabilidade e conformidade técnica, conforme especificações definidas no Termo de Referência;
- b) Distribuição e uso: utilização dos itens pelas unidades administrativas, educacionais e assistenciais, de forma contínua e intensiva, conforme suas finalidades institucionais;
- c) Manutenção e reposição: substituição periódica dos itens em razão do desgaste natural decorrente do uso, perdas, avarias ou necessidade de recomposição de estoque;
- d) Descarte: destinação final adequada dos materiais ao término de sua vida útil, observando, sempre que possível, práticas de sustentabilidade, reutilização e redução de impactos ambientais.

4.6. Não se vislumbra a necessidade de contratação de serviços acessórios, tais como instalação, manutenção preventiva ou corretiva, ou assistência técnica especializada, tendo em vista tratar-se de bens de consumo de uso direto pelas unidades requisitantes.

4.7. Eventuais substituições decorrentes de defeitos de fabricação, desconformidade com as especificações ou avarias no transporte deverão ser realizadas pelo fornecedor, sem ônus para a Administração, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.8. A solução adotada mostra-se adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando:

- a natureza padronizada dos itens;
- a ampla disponibilidade no mercado fornecedor;
- a necessidade de fornecimento contínuo e parcelado;
- a possibilidade de ampliação da competitividade e obtenção de melhores condições comerciais.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para o adequado atendimento das necessidades da Administração, a contratação deverá observar requisitos técnicos, funcionais, operacionais e de sustentabilidade, considerados necessários e suficientes à seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Requisitos Técnicos

5.2.1. Os utensílios domésticos e de cozinha deverão ser fabricados com materiais resistentes, duráveis, atóxicos e apropriados ao uso institucional, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.

5.2.2. Os materiais descartáveis deverão apresentar qualidade compatível com o uso coletivo, garantindo resistência mínima, segurança e higiene durante sua utilização.

5.2.3. Os produtos deverão possuir acabamento adequado, sendo isentos de rebarbas, trincas, deformações ou quaisquer defeitos que comprometam sua funcionalidade ou segurança.

5.2.4. Os itens deverão estar em conformidade com as normas dos órgãos reguladores competentes, especialmente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, bem como demais legislações correlatas.

5.3. Requisitos Funcionais

5.3.1. Os itens deverão atender às demandas rotineiras de:

- a) preparo, acondicionamento e distribuição de alimentos;
- b) apoio às atividades administrativas e operacionais;



c) utilização em ambientes institucionais de uso coletivo.

5.3.2. Os produtos deverão possibilitar facilidade de manuseio, higienização e armazenamento, contribuindo para a eficiência das rotinas de trabalho.

5.3.3. Os utensílios e materiais deverão suportar uso frequente e contínuo, sem prejuízo de desempenho ou segurança.

5.4. **Requisitos Operacionais**

5.4.1. O fornecimento deverá ocorrer por meio do Sistema de Registro de Preços, com entregas parceladas conforme a demanda da Administração.

5.4.2. O prazo de entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.4.3. Os produtos deverão ser entregues:

- a) devidamente embalados;
- b) identificados;
- c) acompanhados de nota fiscal;
- d) em condições adequadas de transporte e armazenamento.

5.4.4. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Administração, conforme definido neste Termo de Referência.

5.5. **CrITÉrios e Práticas de Sustentabilidade**

5.5.1. Sempre que tecnicamente viável, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos:

- a) fabricados com materiais recicláveis ou reutilizáveis;
- b) que apresentem menor impacto ambiental;
- c) que possuam maior durabilidade.

5.5.2. Deverá ser observada a redução de embalagens excessivas, priorizando soluções que minimizem a geração de resíduos.

5.5.3. Poderá ser estimulada, quando aplicável, a adoção de práticas de logística reversa, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

5.6. **Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho**

5.6.1. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

5.6.2. Deverão apresentar desempenho adequado durante sua vida útil estimada, considerando o uso institucional intensivo.

5.6.3. Os itens que apresentarem defeitos de fabricação, desconformidade ou inadequação deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração, nos termos das condições contratuais.

6. **INDICAÇÃO OU VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS**

6.1. A Administração, como regra geral, não realizará a indicação ou vedação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, devendo as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência serem suficientes para caracterização do objeto, em observância aos princípios da isonomia e da competitividade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. ausência de indicação de marca por parte da Administração não exime o licitante da obrigação de informar, em sua proposta, a marca, modelo e/ou fabricante dos produtos ofertados,



quando aplicável, sob pena de desclassificação, caso não seja possível a adequada identificação do objeto.

6.3. Excepcionalmente, poderá ser admitida a indicação de marca ou modelo:

6.4. como referência de qualidade ou padrão mínimo, desde que acompanhada das expressões “ou equivalente”, “ou similar” ou “ou de melhor qualidade”;

6.5. quando tecnicamente justificada, nos termos da legislação vigente.

6.6. Na hipótese de utilização de marca como referência, caberá ao licitante comprovar, por meio de documentação técnica idônea, que o produto ofertado possui características equivalentes ou superiores às especificações estabelecidas.

6.7. É vedada a inclusão de especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que possam restringir indevidamente a competitividade ou direcionar o certame.

6.8. A Administração poderá realizar diligências para verificação da conformidade dos produtos ofertados, inclusive quanto à marca, modelo e especificações técnicas apresentadas na proposta.

7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

7.1. A apresentação de amostras não será exigida como regra geral, podendo ser solicitada pela Administração, de forma motivada, para os itens considerados relevantes à avaliação de qualidade, desempenho e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente aquelas constantes da planilha do item 2.2.

7.2. Quando exigidas, as amostras deverão ser apresentadas pelos licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar, mediante convocação formal da Administração, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação.

7.3. As amostras deverão ser entregues no **Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG, localizado na Avenida Dona Clara, nº 647, Centro, Monte Carmelo/MG**, em horário e condições a serem definidos no edital.

7.4. A análise das amostras será realizada pela Secretaria requisitante em conjunto com o Almoxarifado Central, por servidores devidamente designados, responsáveis pela verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas, padrões de qualidade e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.5. A avaliação das amostras observará critérios objetivos, previamente definidos, assegurando os princípios da isonomia, transparência e julgamento objetivo, podendo a Administração realizar diligências complementares, quando necessário.

7.6. A não apresentação das amostras no prazo estabelecido, quando exigidas, ou a sua reprovação, implicará a desclassificação da proposta, sendo convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

7.7. Poderá ser dispensada a exigência de amostras, mediante decisão devidamente motivada, especialmente quando:

7.8. o produto ofertado for de marca amplamente conhecida e consolidada no mercado;

7.9. já houver fornecimento anterior à Administração com desempenho satisfatório;

7.10. houver documentação técnica suficiente para aferição da qualidade e conformidade do produto.



8. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE OU GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. **Não será exigida carta de solidariedade, garantia da proposta ou garantia da contratação**, tendo em vista a natureza comum do objeto, o baixo risco associado à execução contratual e a adoção do Sistema de Registro de Preços, que pressupõe contratações parceladas conforme a necessidade da Administração, nos termos dos arts. 96 e 98 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A não exigência de garantia **não exime a contratada do cumprimento integral das obrigações assumidas**, permanecendo sujeita às penalidades administrativas cabíveis, previstas na legislação vigente, no edital e na Ata de Registro de Preços, em caso de inadimplemento total ou parcial.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a **subcontratação do objeto desta contratação**, considerando a natureza dos bens a serem fornecidos e a necessidade de controle direto da qualidade, procedência e condições de entrega dos produtos.

9.2. A contratada deverá executar integralmente o objeto, sendo responsável por todas as obrigações contratuais, não podendo transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento dos itens, sem prejuízo das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1. **Não será exigida garantia da contratação**, tendo em vista a natureza comum do objeto, o baixo risco associado à execução contratual e a adoção do Sistema de Registro de Preços, que pressupõe contratações parceladas conforme a necessidade da Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. A não exigência de garantia **não afasta a responsabilidade da contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas**, permanecendo sujeita às penalidades previstas na legislação vigente, no edital e na Ata de Registro de Preços, em caso de inadimplemento total ou parcial.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. A execução do objeto ocorrerá por meio do fornecimento parcelado de utensílios domésticos, de cozinha e materiais descartáveis, conforme a necessidade da Administração Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.2. As aquisições serão formalizadas mediante a emissão de Autorização de Fornecimento (AF) ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, contendo a especificação dos itens, quantitativos, local de entrega e demais condições necessárias à execução.

11.3. A contratada deverá iniciar o atendimento das solicitações a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, observando rigorosamente os prazos, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

11.4. O prazo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa aceita pela Administração.



11.5. Os produtos deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, especialmente aquelas descritas na planilha do item 2.2, sendo vedada a entrega de itens em desconformidade.

11.6. A contratada será responsável por todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo:

11.6.1. transporte;

11.6.2. carga e descarga;

11.6.3. embalagens;

11.6.4. tributos;

11.6.5. encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais;

11.6.6. quaisquer outros custos necessários à perfeita execução do objeto.

11.7. A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração, podendo abranger diferentes unidades administrativas, conforme definido na Autorização de Fornecimento.

11.8. Os produtos deverão ser entregues:

11.8.1. devidamente acondicionados e embalados;

11.8.2. em perfeitas condições de uso;

11.8.3. com identificação adequada;

11.8.4. acompanhados da respectiva nota fiscal.

11.9. A contratada deverá garantir a qualidade e integridade dos produtos durante o transporte, responsabilizando-se por eventuais danos, avarias ou perdas ocorridas até o efetivo recebimento pela Administração.

11.10. Em caso de irregularidades, inconformidades ou defeitos nos produtos entregues, a contratada deverá promover a substituição no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração.

11.11. A execução do objeto deverá observar os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. REGRAS RELATIVAS À EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

12.1. entrega dos produtos deverá ocorrer de forma parcelada, conforme as demandas da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, observando-se os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.2. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG, localizado na Avenida Dona Clara, nº 647, Centro, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

12.3. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, devendo ser rigorosamente observado pela contratada.

12.4. Os produtos deverão ser entregues:

12.4.1. em perfeitas condições de uso;

12.4.2. devidamente embalados e protegidos contra danos;

12.4.3. com identificação clara do item;

12.4.4. acompanhados da respectiva nota fiscal;

12.4.5. em conformidade com as especificações constantes da planilha do item 2.2 deste Termo de



Referência.

12.5. O recebimento dos produtos ocorrerá em duas etapas, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021:

12.5.1. **Recebimento Provisório:** O recebimento provisório será realizado no ato da entrega, para verificação preliminar quanto à quantidade, integridade física e conformidade aparente dos produtos.

12.5.2. **Recebimento Definitivo:** O recebimento definitivo será realizado após a verificação detalhada da conformidade dos produtos com as especificações técnicas, qualidade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante atesto do servidor responsável.

12.6. Caso sejam identificadas irregularidades, vícios, defeitos ou inconformidades nos produtos entregues, a contratada deverá promover a substituição no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem qualquer ônus para a Administração.

12.7. A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e entrega dos produtos, bem como por quaisquer danos ou avarias ocorridas até o efetivo recebimento definitivo pela Administração.

12.8. Não será admitida a entrega de produtos em desconformidade com as especificações técnicas, sendo facultado à Administração recusar total ou parcialmente os itens que não atendam às exigências estabelecidas.

12.9. A Administração poderá realizar inspeções e diligências para verificação da qualidade dos produtos fornecidos, podendo solicitar esclarecimentos, documentos complementares ou substituição de itens, quando necessário.

13. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

13.1.1. Os produtos fornecidos serão aceitos desde que atendam integralmente às especificações técnicas, quantitativas e qualitativas constantes deste Termo de Referência, especialmente aquelas previstas na planilha do item 2.2.

13.1.2. A aceitação dos produtos ocorrerá em duas etapas, nos termos da legislação vigente:

- a) Recebimento Provisório: realizado no ato da entrega, mediante conferência quantitativa e verificação preliminar das condições aparentes dos produtos;
- b) Recebimento Definitivo: realizado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após análise qualitativa detalhada e verificação da conformidade dos itens com as especificações estabelecidas.

13.1.3. Os produtos poderão ser recusados, total ou parcialmente, quando:

- a) estiverem em desacordo com as especificações técnicas;
- b) apresentarem vícios de qualidade;
- c) apresentarem avarias, defeitos ou inadequações de uso;
- d) não atenderem às condições de acondicionamento, transporte ou identificação exigidas.

13.1.4. Na hipótese de rejeição, a contratada deverá promover a substituição dos itens no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para a Administração.

13.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

13.2.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da liquidação da



despesa, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente.

13.2.2. O pagamento estará condicionado a:

- a) apresentação da nota fiscal devidamente preenchida;
- b) atesto do recebimento definitivo pelo servidor responsável;
- c) efetiva entrega dos produtos em conformidade com o contratado;
- d) manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigido.

13.2.3. Não será efetuado pagamento de produtos rejeitados ou em desacordo com as especificações, enquanto não houver a devida regularização por parte da contratada.

13.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

14.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

14.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, considerando a natureza divisível do objeto e a necessidade de ampliar a competitividade do certame.

14.3. O modo de disputa será aberto, com apresentação de lances públicos e sucessivos, conforme regras estabelecidas no edital.

14.4. Poderão participar do certame pessoas jurídicas que atendam às condições de habilitação estabelecidas no edital e que sejam compatíveis com o objeto da licitação.

14.5. A participação observará o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto:

14.5.1. À participação exclusiva nos itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00;

14.5.2. À reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de ME/EPP nos itens divisíveis com valor superior ao limite legal;

14.5.3. À aplicação dos benefícios de desempate e demais prerrogativas legais.

14.6. Será assegurada prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme disposto no §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o Decreto Municipal nº 2.748/2024.

14.7. A adjudicação poderá ocorrer por item, permitindo a contratação de múltiplos fornecedores, conforme a classificação final das propostas.

14.8. Forma de Fornecimento

14.8.1. O fornecimento do objeto dar-se-á de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.8.2. As aquisições serão formalizadas mediante a emissão de Autorização de Fornecimento (AF) ou instrumento equivalente, contendo a especificação dos itens, quantitativos, prazos e locais de entrega.



14.8.3. A contratada ficará obrigada a atender às solicitações da Administração, respeitados os quantitativos registrados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, não lhe sendo assegurado direito à contratação integral dos quantitativos estimados.

14.8.4. O fornecimento deverá observar rigorosamente os prazos, especificações técnicas e condições de entrega estabelecidas, sendo vedada a recusa injustificada no atendimento das solicitações emitidas pela Administração.

14.8.5. A execução do fornecimento deverá garantir a continuidade do abastecimento das unidades administrativas, evitando desabastecimento e assegurando a regularidade dos serviços públicos.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO - PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



- 15.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 15.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **(CNDT)** Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 15.2.4. **FICAL 01** - Prova de regularidade com a Fazenda **[Municipal/Distrital]** do município domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 15.2.5. **FICAL 02** - Prova de regularidade com a Fazenda **[Estadual/Distrital]** do estado domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 15.2.6. **FICAL 03** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 15.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 15.2.9. **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

15.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 15.3.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- 15.3.2. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (termo de abertura e encerramento do livro diário quando o registro do Órgão Competente constar somente neste), devidamente autenticados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.
- 15.3.3. Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:
- 15.3.4. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;
- 15.3.5. Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis deverá possuir **registro no órgão competente**;
- 15.3.6. Quando a licitante, se utilizar da escrituração em forma eletrônica (SPED), deverá ser apresentada a escrituração em livro digital, que deverá conter o balanço patrimonial e demonstrativo de resultado autenticado na forma eletrônica, acompanhado do Recibo de entrega do livro digital/Termo de Autenticação do Livro Diário.



15.3.7. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta, deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

15.3.8. Os documentos referidos no item 16.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

15.3.9. A boa situação econômico-financeira da licitante será comprovada através de memorial de cálculo, assinado por profissional habilitado da área contábil, conforme os índices a seguir mencionados:

15.3.9.1. Índice de Liquidez Corrente: $ILC = AC / PC$, onde $ILC \geq 1,0$;

15.3.9.1.1. ILC = Liquidez Corrente; AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante.

15.3.9.2. **Índice de Liquidez Geral: $ILG = (AC + RLP) / (PC + Ex. LP)$** , onde $ILG \geq 1,0$;

15.3.9.2.1. ILG = Índice de Liquidez Geral; AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo.

15.3.9.3. **Índice de Solvência Geral: $ISG = (AT) / (PC + PNC)$** , onde $ISG \geq 1,0$;

15.3.9.3.1. ILG = Índice de Liquidez Geral; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo não Circulante.

15.3.10. Considerando que será exigida a apresentação dos balanços patrimoniais dos últimos 02 (dois) exercícios, deverão ser elaborados um memorial para cada exercício financeiro apresentado.

15.3.11. A licitante que não atender em um dos exercícios as exigências acima dispostas, poderá de forma subsidiária para fins de qualificação econômico-financeira, comprovar patrimônio líquido ou capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

15.3.12. Caso a licitante não cumpra nenhuma das exigências dispostas, ela será considerada inabilitada do certame.

15.4. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

15.4.1. Deverá ser apresentado **um ou mais atestado(s)** de capacidade técnica da empresa, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, vedada a emissão de atestado(s) pela própria empresa licitante ou por empresa integrante do mesmo grupo empresarial. O(s) atestado(s) deverá(ão), obrigatoriamente, conter as seguintes informações mínimas:

15.4.1.1. Nome, CNPJ e endereço completo da emitente;

15.4.1.2. Descrição dos serviços prestados ou produtos fornecidos, com indicação de que são compatíveis com o objeto desta licitação;

15.4.1.3. Nome e CNPJ da empresa que executou os serviços;

15.4.1.4. Data de emissão do atestado;

15.4.1.5. Assinatura e identificação do signatário, com indicação do nome e do cargo ou função que exerce junto à emitente.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada pelo



Setor de Licitações, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.621/2023, que regulamenta os procedimentos para formação de preços no âmbito do Município.

16.2. A pesquisa de preços considerou contratações similares realizadas por órgãos públicos, bem como consultas a fornecedores do ramo, observando-se critérios de mercado, especificações técnicas dos itens e condições de fornecimento, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

16.3. O valor total estimado da contratação é de R\$ 2.731.800,40 (dois milhões, setecentos e trinta e um mil, oitocentos reais e quarenta centavos).

16.4. Ressalta-se que o valor estimado representa o montante máximo previsto para a vigência da Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, tendo em vista que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda efetiva dos setores requisitantes.

16.5. Os valores unitários e totais estimados por item encontram-se detalhados na planilha constante do item 2.2 deste Termo de Referência, a qual integra o processo administrativo e deverá ser observada para todos os efeitos de julgamento e contratação.

16.6. A estimativa de preços tem por finalidade subsidiar a Administração na avaliação da compatibilidade das propostas apresentadas, bem como assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios da economicidade e eficiência.

17. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. A execução da Ata de Registro de Preços e dos **contratos dela decorrentes** será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. A designação dos gestores e fiscais de contrato observará o disposto na Portaria nº 16.159, de 02 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a designação de gestores e fiscais de contratos no âmbito da Administração Municipal, em conformidade com a legislação vigente.

17.3. Para fins de gestão e fiscalização, serão considerados:

- a) Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento global da execução;
- b) Fiscal do Contrato, responsável pelo acompanhamento direto e pela verificação da execução do objeto.

17.4. Compete ao Gestor do Contrato:

17.4.1. Coordenar e supervisionar a execução da contratação, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas;

17.4.2. Controlar o saldo da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes;

17.4.3. Adotar as providências necessárias à formalização, alteração, prorrogação ou eventual rescisão contratual;

17.4.4. Avaliar a necessidade de aplicação de penalidades, encaminhando as ocorrências à autoridade competente;

17.4.5. Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada, quando necessário.

17.5. Compete ao Fiscal do Contrato:

17.5.1. Acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas



neste Termo de Referência;

17.5.2. Conferir os produtos entregues quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações técnicas;

17.5.3. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos itens;

17.5.4. Registrar ocorrências, comunicar irregularidades e solicitar providências à contratada;

17.5.5. Atestar as notas fiscais para fins de pagamento, após a verificação da regular execução do objeto.

17.6. Disposições Gerais

17.6.1. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades na execução do objeto.

17.6.2. A Administração poderá, a qualquer tempo, promover diligências para verificar a adequada execução do objeto, podendo solicitar esclarecimentos ou documentos complementares.

17.6.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato ou à autoridade competente.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, conforme disponibilidade financeira e orçamentária de cada Secretaria ou setor demandante.

18.2. Por se tratar de contratação realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária será exigida apenas no momento da formalização da contratação, por meio da emissão da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3. A contratação está compatível com os instrumentos de planejamento orçamentário do Município, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

19. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DO OBJETO

19.1. O objeto da presente contratação será parcelado por itens, conforme detalhado na planilha constante do item 2.2 deste Termo de Referência, em observância ao disposto no art. 47 da Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

19.2. O parcelamento mostra-se técnica e economicamente viável, considerando que os utensílios domésticos, de cozinha e materiais descartáveis possuem naturezas distintas, podendo ser fornecidos por diferentes fornecedores, sem prejuízo da padronização, da qualidade dos produtos e da eficiência na execução contratual.

19.3. A adoção do critério de julgamento por item permite:

19.3.1. maior participação de licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte;

19.3.2. ampliação da competitividade do certame;

19.3.3. obtenção de preços mais vantajosos para a Administração;

19.3.4. melhor adequação das propostas à capacidade operacional dos fornecedores;

19.3.5. redução de riscos de desabastecimento, mediante diversificação de fornecedores.



19.4. Ressalta-se que o parcelamento adotado não compromete a economia de escala, tampouco a eficiência logística, tendo em vista que a gestão do fornecimento será realizada de forma centralizada e/ou descentralizada, conforme o modelo de execução definido neste Termo de Referência.

19.5. Ademais, a divisão do objeto em itens é compatível com a sistemática do Sistema de Registro de Preços, que permite contratações futuras, eventuais e parceladas, conforme a necessidade da Administração, garantindo flexibilidade, controle de consumo e racionalização dos recursos públicos.

19.6. Portanto, o parcelamento do objeto mostra-se medida adequada, necessária e vantajosa, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, não havendo justificativa técnica para a sua não adoção.

20. DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, da apresentação de proposta ou da execução do contrato administrativo, responsabilizando-se pelo tratamento adequado dessas informações.

20.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e com os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

20.3. É vedado o compartilhamento, a divulgação ou a utilização dos dados pessoais para finalidades diversas daquelas previstas no contrato, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas em lei.

20.4. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, acerca de todos os contratos de suboperação, subcontratação ou instrumentos congêneres firmados ou que venham a ser celebrados e que tenham relação com o objeto desta contratação.

20.5. Encerrado o tratamento dos dados pessoais, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, observados os respectivos prazos prescricionais.

20.6. É dever da CONTRATADA orientar, treinar e capacitar seus empregados, colaboradores e prepostos acerca das obrigações, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, garantindo o adequado tratamento dos dados pessoais.

20.7. A CONTRATADA deverá exigir de eventuais suboperadores, subcontratados ou terceiros contratados o cumprimento integral das disposições desta cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

20.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligências, auditorias ou solicitar documentos para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente aos pedidos formulados.

20.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive quanto à sua utilização, armazenamento, compartilhamento e eventual eliminação, para fins de verificação do cumprimento da LGPD.



20.10. O presente contrato poderá ser alterado para adequação aos procedimentos e normas relativas à proteção de dados pessoais, sempre que necessário, em especial em decorrência de orientações, recomendações ou determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

20.11. Os contratos e instrumentos congêneres que envolvam tratamento de dados pessoais poderão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quando aplicável, nos termos da LGPD e da regulamentação vigente.

20.12. A CONTRATADA deverá manter atualizadas as informações referentes ao seu Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO), conforme art. 41 da LGPD, fornecendo, no mínimo, nome, e-mail e telefone para comunicação direta com a CONTRATANTE, a ANPD e os titulares dos dados.

20.13. Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da ciência do incidente, fornecendo informações detalhadas necessárias ao cumprimento do art. 48 da LGPD e das normas expedidas pela ANPD.

20.14. Para os fins desta cláusula, as partes reconhecem que:

20.14.1. a CONTRATANTE atuará, em regra, na qualidade de Controladora dos dados pessoais;

20.14.2. a CONTRATADA atuará na qualidade de Operadora dos dados pessoais; e

20.14.3. nas hipóteses de controladoria conjunta, as partes responderão solidariamente pelos danos causados, nos termos do art. 42 da LGPD.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

21.1. presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações constantes do Documento de Formalização de Demanda (DFD), do Estudo Técnico Preliminar (ETP), da memória de cálculo e demais documentos que instruem o processo administrativo, os quais fundamentam tecnicamente a necessidade da contratação, a definição dos quantitativos estimados e a escolha da solução adotada.

21.2. A contratação pretendida revela-se adequada, necessária e alinhada ao interesse público, tendo por finalidade assegurar o regular funcionamento das unidades administrativas, educacionais, assistenciais e operacionais da Administração Municipal de Monte Carmelo/MG, garantindo condições adequadas de execução das atividades institucionais.

21.3. Os quantitativos estimados foram definidos com base em memória de cálculo fundamentada no histórico de consumo, na projeção de demanda e nas necessidades operacionais dos setores requisitantes, conforme documentos constantes dos autos, podendo variar conforme a demanda efetiva, não gerando direito subjetivo à contratação integral por parte da Administração, em razão da natureza do Sistema de Registro de Preços.

21.4. A presente contratação será processada e julgada em estrita observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Federal nº 10.024/2019, do Decreto Federal nº 8.538/2015 e do Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como da regulamentação municipal aplicável, especialmente os Decretos Municipais nº 2.621/2023, nº 2.642/2023, nº 2.727/2024, nº 2.748/2024 e nº 2.466/2021.

21.5. A gestão e fiscalização da contratação observarão o disposto na Portaria nº 16.159, de 02 de



fevereiro de 2026, que designa os gestores e fiscais de contratos no âmbito da Administração Municipal, em conformidade com a legislação vigente, garantindo o adequado acompanhamento da execução contratual, o controle dos fornecimentos e a adoção tempestiva de medidas corretivas, quando necessário.

21.6. O Termo de Referência integra o edital e seus anexos, constituindo instrumento essencial para a adequada formulação das propostas, execução do objeto e fiscalização contratual, devendo ser rigorosamente observado por todos os licitantes e futuros contratados.

21.7. A contratação observará, ainda, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, economicidade, segregação de funções, motivação dos atos administrativos e interesse público, visando à seleção da proposta mais vantajosa e à adequada aplicação dos recursos públicos.

21.8. Por fim, registra-se que a solução adotada se encontra devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, estando o processo apto ao prosseguimento da fase externa da licitação, nos termos da legislação vigente.

Monte Carmelo, 09 de abril de 2026.

Fábio José Gonçalves

Secretaria de desenvolvimento econômico, inovação, governo e turismo

Setor: Almoxarifado central

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo